

# A CULPA E O ERRO EM POLÍTICA ECONÔMICA

JORNAL DO BRASIL

Economia - Brasil

27 MAR 1983

João Paulo  
de Almeida Magalhães

**1** — A difícil situação econômica do país, bem como o desânimo que se vem generalizando, torna indispensável, se não uma união nacional como vem propondo o Governador Tancredo Neves, pelo menos um diálogo amplo e franco que a prepare. O último pronunciamento do Presidente da República mostra que este é não apenas necessário mas urgente.

O diálogo foi proposto em alguns livros e documentos recentes de autores individuais, equipes universitárias e mesmo Partidos políticos. Se ele não teve seguimento, isso se deve à má colocação do problema, falha que deve ser corrigida antes de qualquer nova tentativa. Vejamos como as coisas se apresentam.

O Governo se ressente quando lhe é atribuída a culpa pela situação caótica a que chegou nossa economia. Tem razão quanto a esse ponto, porque procurou fazer o melhor possível, escolhendo uma equipe de tecnocratas que julgava o mais elevado nível (opinião que não era desmentida pela comunidade profissional) proporcionando-lhe ampla liberdade de ação. Não está certo, todavia, quando se recusa a reconhecer que erros foram cometidos. E a teimosia quanto a esse ponto exclui qualquer discussão posterior. Se não houve erros, tudo o que se fez, ou se pretende fazer, está certo inexistindo razões para um debate. Trata-se, em última análise, da tese de que nossas dificuldades resultam ex-

clusivamente da crise internacional e, portanto, nada há que fazer. As críticas aos responsáveis pela economia brasileira seriam, portanto, injustas e maliciosas.

Ora, se não existe culpa do Governo, não há dúvida que erros foram cometidos e, para sua correção, é indispensável que sejam preliminarmente reconhecidos. Se os tecnocratas oficiais, a exemplo do Papa em matéria de fé, se declararam infalíveis em assunto de Economia (fazendo, inclusive, o Presidente avalista dessa posição, conforme se depreende de pronunciamento recente), então nada há realmente que se tentar. Restaria apenas fortalecer nossa resignação e paciência, a fim de esperar a longamente anunciada, e sempre adiada, recuperação internacional.

**2** — Não há, contudo, qualquer dúvida de que erros, e alguns bastante graves, foram cometidos. Começemos por uma colocação global do problema. Esqueçamos por alguns momentos a América Latina do Brasil, México e Argentina, e pensemos na Ásia da Coréia do Sul, Formosa, Cingapura, Hong-Kong e mesmo Tailândia. Nenhum destes últimos se acha na lista de devedores que preocupam a comunidade financeira internacional, e o crescimento do seu PIB, após uma ligeira freagem, registra auspiciosa retomada. A diferença entre eles e nós não se acha na raça, clima ou situação geográfica. Esses países simplesmente seguiram um modelo de desenvolvimento diferente do nosso e, dessa

forma, apesar de pré-condições econômicas nitidamente inferiores às da América Latina, obtiveram excepcional sucesso onde fracassamos estrondosamente.

A escolha de um modelo errado foi um erro global ou estratégico. Vejamos agora outro, de tipo conjuntural.

Comparando a situação recente do Brasil e do México vamos nos defrontar com novo e grave erro, que alguns porta-vozes oficiais tentaram, inclusive, apresentar como um acerto. Com os drásticos aumentos do petróleo de 1979 e 1980, tornou-se claramente inviável a estratégia de isolar o Brasil da recessão mundial. Um esforço de austeridade, ou uma "economia de guerra", se fazia necessário. A equipe de economistas oficiais preferiu, no entanto, manter o modelo de desenvolvimento-com-endividamento, com os resultados conhecidos. A situação do México era completamente diferente. O choque do petróleo 1979-1980 prometia-lhe uma longa época de prosperidade, que autorizava os grandes programas de investimento em que se lançou. Os economistas mexicanos erraram por não anteciparem corretamente as tendências futuras. O erro dos brasileiros foi bem mais grave: eles ignoraram, pura e simplesmente, fatos presentes. Apesar disso, invertendo a situação, porta-vozes oficiais procuraram fazer crer que o Brasil, diferentemente do México, tivera uma atitude responsável, dando, por exemplo, à sua dívida externa, um perfil de longo prazo. Ora, é óbvio que, se o México não fez o mesmo, foi porque seus

abundantes petrodólares o dispensaram do esforço.

E a nossa renitente inflação de quase 100% ao ano? Seria ela causada pela elevação nos preços do petróleo? Por que então Suíça, Bélgica, Finlândia e Cingapura, que importam a totalidade do seu petróleo, registram inflação abaixo de 10% a.a. Não acreditamos, finalmente, que muitos países com dificuldades idênticas às do Brasil registrem taxas reais de juros de 35% a 45% ao ano.

Erros foram, portanto, cometidos e uma autocritica quanto aos mesmos é condição preliminar para sua correção. Os membros da equipe oficial podem, se quiserem, dizer que erraram porque são humanos e que outros ocupantes dos seus postos teriam cometido, se não os mesmos, pelo menos outros erros. Seus adversários alegariam, em sentido contrário, que o Governo cometeu o erro básico de entregar a excelentes táticos a correção de problemas essencialmente estratégicos. Uma troca de acusações desse tipo poderá ser até saudável, desde que fique bastante claro que o objetivo fundamental é encontrar soluções e definir estratégias alternativas e, de forma alguma, realizar uma (no momento altamente impatriótica) caça às feiticeiras.

**3** — Aceita a necessidade do diálogo, e definidas suas condições, outro tipo de impasse deve ser evitado. Este surge quando o Governo, diante do ataque dos seus adversários, pede-lhes soluções alternativas. A situação torna-se ainda mais complicada

quando estes as apresentam. A explanação desse paradoxo é bastante simples: o país meteu-se num buraco para o qual não existe qualquer saída fácil. E se nossos problemas econômicos são mesmo de caráter estrutural, como pensam alguns, a saída, além de difícil, será extremamente lenta.

Nesse contexto, as alternativas oferecidas pela oposição (veja-se por exemplo o documento *Esperança de Mudança*, do PMDB) produzem o efeito do notório paro da montanha, o que permite ao Governo ridicularizá-las. A reação dos opositores, já que não podem apresentar soluções milagrosas, é a de proclamar erros e apontar culpados, atitude que passa a ser denunciada pelo Governo como irresponsável, de oposição sistemática etc. Surge desse forma um impasse que, enquanto não for rompido, impedirá qualquer progresso no caminho de um real entendimento.

Em suma: se quisermos chegar no Brasil a um diálogo fecundo, preliminar necessária a qualquer tentativa de "união nacional", é indispensável que o Governo se disponha a reconhecer erros e que a Oposição deixe de procurar culposos. Além disso, ambos devem reconhecer a inexistência de fórmulas milagrosas que não podem, portanto ser cobradas dos oponentes.

É justamente a inexistência dessas fórmulas, que torna urgente um trabalho comum, indispensável para se evitar o pior.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor titular da UERJ.